



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA NÚMERO 11/XI (1.ª SL)

Aos 9 dias do mês de Fevereiro de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala n.º 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 9.
2. Apreciação e votação dos seguintes pareceres:
 - **Proposta de Lei n.º 8/XI/1.ª (GOV)** - *Grandes Opções do Plano - Principais Linhas de Acção para 2010-2013* - Deputado autor do parecer: Adão Silva (PSD);
 - **Proposta de Lei n.º 9/XI/1.ª (GOV)** - *Orçamento do Estado para 2009* - Deputada autora do parecer: Hortense Martins (PS).
3. Discussão e votação na especialidade do **Projecto de Lei n.º 133/XI (CDS-PP)** - *Alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, alarga o apoio aos beneficiários do subsídio de desemprego e estimula a contratação de desempregados.*
4. Apreciação de Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 60/XI (PCP)** - *Altera o sistema de qualificação e formação contínua dos motoristas, reforçando a protecção dos direitos dos trabalhadores* - Deputada autora do parecer: Anabela Freitas (PS).
5. Aprovação do Plano de Actividades da Comissão.
6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Ramos Preto (PS), iniciou a reunião colocando a acta n.º 9 à consideração dos Senhores Deputados. A acta foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) apresentou de forma sucinta o parecer da Proposta de Lei n.º 8/XI (GOV) - *Grandes Opções do Plano - Principais Linhas de Acção para 2010-2013.*



De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Hortense Martins (PS) para cumprimentar o Deputado Adão Silva pelo parecer e comentar que as Grandes Opções do Plano (GOP) têm vindo a perder importância até porque frequentemente há duplicação entre estas e o Orçamento do Estado.

Também o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) felicitou o autor do parecer e disse acompanhar a reflexão feita pela Deputada Hortense Martins, adiantando que, em sua opinião, importaria alterar a lei de enquadramento orçamental e, mesmo, a Constituição no sentido de acabar com as GOP.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) constatou que as Grandes Opções do Plano têm vindo a perder algum do peso que tinham, tornando-se um documento pouco valorizado.

Já a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) opinou que as GOP devem manter-se por se tratar de um documento político de orientação estratégica, alertando para o facto de não deverem ser misturadas com o Orçamento do Estado. Por último, saudou o esforço evidenciado pelo Deputado autor do parecer.

Por seu lado, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) lamentou que as GOP estejam a cair em desuso lembrando que, apesar de o país, em termos estratégicos, se ir governando, as GOP deveriam ser a *alma mater* da nação.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) esclareceu que o Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) é o documento onde estão vertidas as opções estratégicas de médio/longo prazo do país.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) agradeceu as observações pertinentes feitas pelos Deputados das várias bancadas.

Submetidas à votação, nos termos regimentais, foram as partes I (considerandos) e III (conclusões), aprovadas por unanimidade.

De seguida, a Senhora Deputada Hortense Martins (PS) apresentou o parecer referente à Proposta de Lei n.º 9/XI (GOV) – Orçamento do Estado para 2010, lembrando que as áreas cobertas pela 11.ª Comissão são bastante extensas, tendo pedido desculpa por o



parecer só ter sido distribuído naquele dia, esclarecendo que isso se ficou a dever à falta de tempo de que dispôs para o efeito.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) saudou a Deputada autora do parecer mas lembrou que, na parte relativa à Administração Pública, não foi feita qualquer referência à contenção salarial, ao novo ataque às pensões dos aposentados ou à situação de precariedade de muitos trabalhadores. Suscitou ainda a questão relativa ao facto de, no âmbito da segurança social, serem utilizados dinheiros por parte do Governo para fins diversos.

Também o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) cumprimentou a Deputada autora do parecer e opinou que poderia ter aprofundado um pouco as considerações sobre emprego/desemprego, atendendo aos últimos dados que apontam para que, em 2010, seja ultrapassada a taxa anual de 2009. Chamou ainda a atenção para algumas gralhas; disse que a, respeito do Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social, não foi feita referência ao fim da consignação de 1% do IVA, que ocorreu a 31 de Dezembro de 2009, e suscitou a questão de a proposta de lei em apreço ter sido rectificadas posteriormente à data da sua entrega na Assembleia da República, sugerindo que a 11.ª Comissão perguntasse ao Governo quais foram as rectificações feitas e por que razão aconteceram.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) cumprimentou a Deputada Hortense Martins pelo esforço evidenciado e informou que o BE vai abster-se na votação do parecer, designadamente por entender que a autora do mesmo emprestou a sua opinião ao parecer quando o deveria ter feito na parte em que pode exprimir a sua opinião.

O Senhor Deputado Adão Silva (PSD) sublinhou a preocupação de a autora do parecer detalhar números e situações, lembrando, contudo, que a segurança social na parte previdencial está de novo numa situação à beira do abismo, uma vez que, em 2008, havia um superavit de 500 milhões de euros, verificando-se, em 2009, um défice de menos 200 milhões de euros. Referenciou ainda que, em 2009, ocorrera em Portugal apenas 100 000 nascimentos, desejando que não se trate de uma realidade conjuntural.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) agradeceu os comentários feitos, assegurando que os lapsos detectados serão corrigidos. Quanto a comentários mais substanciais, ao Deputado Jorge Machado disse que as visões de ambos eram diferentes



e, ao Deputado Pedro Mota Soares, admitiu que, muitas vezes, a comparação é feita entre o executado e o previsto.

Submetidas à votação, foram, termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões), aprovadas com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e as abstenções do BE e do PCP.

Passando ao terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente explicou que aquele agendamento tinha sido feito na sequência de um requerimento apresentado pelo CDS-PP, o qual não tinha sido cumprido relativamente ao Projecto de Lei n.º 51/XI (CDS-PP) por ter sido suscitado o competente parecer à Comissão Nacional de Protecção de Dados no passado dia 25 de Janeiro.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) lembrou que é importante que, até ao final da discussão e votação na especialidade do Orçamento do Estado, o texto final esteja concluído.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou que fosse estabelecido um prazo para apresentação de propostas de alteração até à próxima segunda-feira, dia 15 de Fevereiro, com o que o Senhor Deputado Adão Silva concordou.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) disse que o PCP está preparado para proceder à discussão e votação na especialidade daquele projecto de lei e que tem, inclusivamente, uma proposta de alteração para apresentar. Adiantou ainda que importa reflectir sobre se a prestação excepcional em causa deve estender-se apenas pelo ano de 2010.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) lembrou que as disposições constitucionais sobre a lei travão não permitem o alargamento daquela prestação excepcional para além do ano de 2010.

O Senhor Presidente interveio então para definir que o prazo de apresentação de propostas de alteração ficava estabelecido por consenso até ao próximo dia 15 de Fevereiro, adiando-se para a próxima reunião, que ficava desde já agendada para as 12 horas do próximo dia 19 de Fevereiro, aquele ponto da ordem do dia.



No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Anabela Freitas (PS) apresentou o parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 60/XI (PCP). Submetidas à votação, nos termos regimentais, as partes I (considerandos) e III (conclusões), foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

No quinto ponto da Ordem do Dia foi aprovado por unanimidade o Plano de Actividades da Comissão, tendo o Senhor Presidente determinado que o mesmo será remetido ao Senhor Presidente da Assembleia da República, acompanhado do respectivo orçamento.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de Fevereiro de 2010.

O PRESIDENTE



(RAMOS PRETO)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Anabela Freitas
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Custódia Fernandes
Francisca Almeida
Jorge Machado
Jorge Strecht
José Pereira Marques
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Borges
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Pedro Mota Soares
Ramos Preto
Sónia Fertuzinhos
Teresa Santos
Hortense Martins
João Paulo Pedrosa

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Maria José Nogueira Pinto